

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	16
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	21

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
Total	36.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2016	Dividendo	29/11/2016	Ordinária		0,09265
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2016	Dividendo	29/11/2016	Preferencial		0,10191

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.039.504	999.159
1.01	Ativo Circulante	158.111	174.409
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	35.450	44.388
1.01.03	Contas a Receber	35.337	21.657
1.01.03.01	Clientes	34.400	13.542
1.01.03.01.01	Revendedores	30.223	12.696
1.01.03.01.02	Consumidores	4.177	846
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	937	8.115
1.01.03.02.01	Serviços - Canal Pinheiros	937	8.115
1.01.04	Estoques	1.993	2.099
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.824	2.784
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.824	2.784
1.01.07	Despesas Antecipadas	170	236
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	81.337	103.245
1.01.08.03	Outros	81.337	103.245
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.536	1.705
1.01.08.03.02	Outros Créditos	17.375	15.732
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	0	835
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	53.068	75.623
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	9.358	9.350
1.02	Ativo Não Circulante	881.393	824.750
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	787.336	734.852
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	787.336	734.852
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	15.440	13.879
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	451.093	404.984
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	45.530	40.716
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	275.273	275.273
1.02.02	Investimentos	81.037	73.985
1.02.03	Imobilizado	11.143	13.653
1.02.04	Intangível	1.877	2.260
1.02.04.01	Intangíveis	1.877	2.260

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.039.504	999.159
2.01	Passivo Circulante	42.114	61.597
2.01.02	Fornecedores	5.800	4.544
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.800	4.544
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.918	4.326
2.01.05	Outras Obrigações	31.396	52.727
2.01.05.02	Outros	31.396	52.727
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.716	3.716
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	11.394	10.582
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	5.298	5.632
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	170	174
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	828	16.833
2.01.05.02.08	Depósitos Vinculados	0	7.178
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	9.990	8.612
2.02	Passivo Não Circulante	190.515	176.855
2.02.02	Outras Obrigações	21.188	24.798
2.02.02.02	Outros	21.188	24.798
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	4.217	7.827
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	115.442	108.810
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	115.442	108.810
2.02.04	Provisões	53.885	43.247
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	53.885	43.247
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	15	13
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	27.117	19.717
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	152	118
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	26.601	23.399
2.03	Patrimônio Líquido	806.875	760.707
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	47.288	47.288
2.03.04.01	Reserva Legal	2.546	2.546
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	44.742	44.742
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	46.168	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	40.878	40.878

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	56.302	139.298	54.400	128.155
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-50.324	-158.279	-41.367	-146.889
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-50.324	-158.279	-41.367	-146.889
3.03	Resultado Bruto	5.978	-18.981	13.033	-18.734
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.879	7.052	3.457	10.157
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.879	7.052	3.457	10.157
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.857	-11.929	16.490	-8.577
3.06	Resultado Financeiro	16.791	69.796	21.151	63.790
3.06.01	Receitas Financeiras	17.047	70.634	21.402	65.849
3.06.01.01	Receitas Financeiras	9.096	24.195	7.899	24.180
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	7.951	46.439	13.503	41.669
3.06.02	Despesas Financeiras	-256	-838	-251	-2.059
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-256	-838	-251	-2.059
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	26.648	57.867	37.641	55.213
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.219	-11.699	-1.141	863
3.08.01	Corrente	-542	-5.067	-246	-935
3.08.02	Diferido	-3.677	-6.632	-895	1.798
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.429	46.168	36.500	56.076
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.429	46.168	36.500	56.076
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	0,62989	1,29649	1,02504	1,57473
3.99.01.02	ON	0,57263	1,17863	0,93185	1,43157
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	0,62989	1,29649	1,02504	1,57473
3.99.02.02	ON	0,57263	1,17863	0,93185	1,43157

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	22.429	46.168	36.500	56.076
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-2.710	-6.277
4.02.01	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	-4.106	-9.511
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0	1.396	3.234
4.03	Resultado Abrangente do Período	22.429	46.168	33.790	49.799

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-48.076	-10.756
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.862	-7.157
6.01.01.01	Lucro líquido do período	46.168	56.076
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-7.052	-10.157
6.01.01.03	Depreciação/amortização	803	1.190
6.01.01.04	Despesa de entidade de plano de previdência	3.226	7.977
6.01.01.05	Perda não operacional	0	836
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.860	2.266
6.01.01.07	Provisão (reversão) riscos trabalhistas, cíveis e tributários	10.638	-2.288
6.01.01.08	Tributos diferidos	6.632	-1.799
6.01.01.09	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-64.580	-61.258
6.01.01.10	Juros contrato mútuo	-557	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-45.214	-3.599
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-20.858	-1.027
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-871	-4.665
6.01.02.03	Estoques	106	36
6.01.02.04	Despesas antecipadas	66	15
6.01.02.05	Outras contas a receber	-2.947	1.100
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	-1.568	45.350
6.01.02.07	Contribuições para plano de previdência	-22.841	-21.192
6.01.02.08	Fornecedores	1.256	-261
6.01.02.09	Folha de pagamento e obrigações sociais	1.404	-9.068
6.01.02.10	Pagamento de custos socioambientais	0	-9.071
6.01.02.11	Pagamento contingências cíveis e trabalhistas	0	-5.221
6.01.02.12	Outras contas a pagar	1.039	405
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	39.138	27.329
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-175	-531
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-2.418	-11.347
6.02.03	Baixa de imobilizado	75	1.301
6.02.04	Recebimento de arrendamento financeiro	41.026	36.656
6.02.05	Recebimento da venda de ativo imobilizado	835	5.838
6.02.06	Aquisição de intangível	-205	0
6.02.07	Mútuo entre partes relacionadas	0	-4.588
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.938	16.573
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.388	16.538
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	35.450	33.111

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.168	0	46.168
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.168	0	46.168
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	47.288	46.168	40.878	806.875

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.076	-6.277	49.799
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.076	0	56.076
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.277	-6.277
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-6.277	-6.277
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	47.203	10.609	730.353

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	161.813	150.947
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	153.430	126.517
7.01.02	Outras Receitas	4.767	8.233
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	5.476	18.463
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.860	-2.266
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-69.806	-60.275
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-69.806	-60.275
7.03	Valor Adicionado Bruto	92.007	90.672
7.04	Retenções	-803	-1.190
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-803	-1.190
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	91.204	89.482
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.021	26.360
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.052	10.157
7.06.02	Receitas Financeiras	24.195	24.180
7.06.03	Outros	-3.226	-7.977
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	119.225	115.842
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	119.225	115.842
7.08.01	Pessoal	64.067	64.177
7.08.01.01	Remuneração Direta	59.791	57.714
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.276	6.463
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	54.000	34.577
7.08.02.01	Federais	46.801	27.917
7.08.02.03	Municipais	7.199	6.660
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-45.010	-38.988
7.08.03.01	Juros	838	2.059
7.08.03.02	Aluguéis	591	622
7.08.03.03	Outras	-46.439	-41.669
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-46.439	-41.669
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	46.168	56.076
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	46.168	56.076

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.133.543	1.098.255
1.01	Ativo Circulante	171.973	183.716
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	46.948	50.145
1.01.03	Contas a Receber	39.508	25.298
1.01.03.01	Clientes	38.571	17.183
1.01.03.01.01	Revendedores	34.394	16.337
1.01.03.01.02	Consumidores	4.177	846
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	937	8.115
1.01.03.02.01	Serviços - Canal Pinheiros	937	8.115
1.01.04	Estoques	1.993	2.099
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.824	2.784
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.824	2.784
1.01.07	Despesas Antecipadas	366	236
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	79.334	103.154
1.01.08.03	Outros	79.334	103.154
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.542	1.712
1.01.08.03.02	Outros Créditos	11.763	11.951
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	0	835
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	53.068	75.623
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	12.961	13.033
1.02	Ativo Não Circulante	961.570	914.539
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	787.336	734.852
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	787.336	734.852
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	15.440	13.879
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	451.093	404.984
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	45.530	40.716
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	275.273	275.273
1.02.02	Investimentos	1.390	1.390
1.02.03	Imobilizado	170.967	176.037
1.02.04	Intangível	1.877	2.260
1.02.04.01	Intangíveis	1.877	2.260

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.133.543	1.098.255
2.01	Passivo Circulante	50.052	70.240
2.01.02	Fornecedores	6.117	4.742
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.117	4.742
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.036	4.426
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.938	6.549
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.938	6.549
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.938	6.549
2.01.05	Outras Obrigações	31.961	54.523
2.01.05.02	Outros	31.961	54.523
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.716	3.716
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	11.394	10.582
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	5.303	5.637
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	186	200
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	828	16.833
2.01.05.02.08	Depósitos Vinculados	0	7.178
2.01.05.02.09	Imposto de Renda e Contrib. Social a Recolher	38	78
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	10.496	10.299
2.02	Passivo Não Circulante	276.616	267.308
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	86.101	90.453
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	86.101	90.453
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	86.101	90.453
2.02.02	Outras Obrigações	21.188	24.798
2.02.02.02	Outros	21.188	24.798
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	4.217	7.827
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	115.442	108.810
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	115.442	108.810
2.02.04	Provisões	53.885	43.247
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	53.885	43.247
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	15	13
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	27.117	19.717
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	152	118
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	26.601	23.399
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	806.875	760.707
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	47.288	47.288
2.03.04.01	Reserva Legal	2.546	2.546
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	44.742	44.742
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	46.168	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	40.878	40.878

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	63.726	159.903	61.630	148.793
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-51.232	-165.007	-43.010	-151.384
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-51.232	-165.007	-43.010	-151.384
3.03	Resultado Bruto	12.494	-5.104	18.620	-2.591
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.494	-5.104	18.620	-2.591
3.06	Resultado Financeiro	14.550	64.020	19.325	58.690
3.06.01	Receitas Financeiras	17.521	71.974	21.634	66.567
3.06.01.01	Receitas Financeiras	9.570	25.535	8.131	24.898
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	7.951	46.439	13.503	41.669
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.971	-7.954	-2.309	-7.877
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-2.971	-7.954	-2.309	-7.877
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	27.044	58.916	37.945	56.099
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.615	-12.748	-1.445	-23
3.08.01	Corrente	-938	-6.116	-550	-1.821
3.08.02	Diferido	-3.677	-6.632	-895	1.798
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.429	46.168	36.500	56.076
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	22.429	46.168	36.500	56.076
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	22.429	46.168	36.500	56.076
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	0,62989	1,29649	1,02504	1,57473
3.99.01.02	ON	0,57263	1,17863	0,93185	1,43157
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	0,62989	1,29649	1,02504	1,57473
3.99.02.02	ON	0,57263	1,17863	0,93185	1,43157

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	22.429	46.168	36.500	56.076
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-2.710	-6.277
4.02.01	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	-4.106	-9.511
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0	1.396	3.234
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	22.429	46.168	33.790	49.799
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	22.429	46.168	33.790	49.799

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-36.987	-9.564
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	14.215	8.806
6.01.01.01	Lucro líquido do período	46.168	56.076
6.01.01.02	Depreciação/amortização	3.757	1.190
6.01.01.03	Despesa de entidade de plano de previdência	3.226	7.977
6.01.01.04	Perda não operacional	0	836
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.860	2.266
6.01.01.06	Provisão (reversão) riscos trabalhistas, cíveis e tributários	10.638	-2.288
6.01.01.07	Tributos diferidos	6.632	-1.799
6.01.01.08	Juros sobre empréstimos	6.514	5.806
6.01.01.09	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-64.580	-61.258
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-51.202	-18.370
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-21.388	-4.282
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-870	-4.740
6.01.02.03	Estoques	106	36
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-130	15
6.01.02.05	Outras contas a receber	-1.672	1.100
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	-1.489	41.848
6.01.02.07	Contribuições para plano de previdência	-22.841	-21.192
6.01.02.08	Fornecedores	1.375	-3.375
6.01.02.09	Folha de pagamento e obrigações sociais	1.382	-8.852
6.01.02.10	Pagamento de custos socioambientais	0	-9.071
6.01.02.11	Pagamento contingências cíveis e trabalhistas	0	-5.221
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-151	435
6.01.02.13	Juros pagos com empréstimos	-5.524	-5.071
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	38.743	30.242
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-570	-2.206
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-2.418	-11.347
6.02.03	Baixa de imobilizado	75	1.301
6.02.04	Recebimento de arrendamento financeiro	41.026	36.656
6.02.05	Recebimento da venda de ativo imobilizado	835	5.838
6.02.06	Aquisição de intangível	-205	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.953	-5.496
6.03.01	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-4.953	-5.496
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.197	15.182
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.145	21.451
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	46.948	36.633

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707	0	760.707
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707	0	760.707
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.168	0	46.168	0	46.168
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.168	0	46.168	0	46.168
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	47.288	46.168	40.878	806.875	0	806.875

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554	0	680.554
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554	0	680.554
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.076	-6.277	49.799	0	49.799
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.076	0	56.076	0	56.076
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.277	-6.277	0	-6.277
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-6.277	-6.277	0	-6.277
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	47.203	10.609	730.353	0	730.353

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	183.647	174.007
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	174.870	147.937
7.01.02	Outras Receitas	4.767	8.233
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	5.870	20.103
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.860	-2.266
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-73.892	-66.364
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-73.892	-66.364
7.03	Valor Adicionado Bruto	109.755	107.643
7.04	Retenções	-3.757	-1.190
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.757	-1.190
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	105.998	106.453
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.309	16.920
7.06.02	Receitas Financeiras	25.535	24.897
7.06.03	Outros	-3.226	-7.977
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	128.307	123.373
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	128.307	123.373
7.08.01	Pessoal	64.067	64.177
7.08.01.01	Remuneração Direta	59.791	57.714
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.276	6.463
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	55.933	36.290
7.08.02.01	Federais	48.733	29.629
7.08.02.03	Municipais	7.200	6.661
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-37.861	-33.170
7.08.03.01	Juros	7.954	7.877
7.08.03.02	Aluguéis	624	622
7.08.03.03	Outras	-46.439	-41.669
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-46.439	-41.669
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	46.168	56.076
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	46.168	56.076

Comentário do Desempenho

Comentários sobre o Desempenho Consolidado da EMAE do período findo em 30 de setembro de 2016

A Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços apresentou um acréscimo de 7,4% devido aos seguintes fatos:

- Aumento de R\$ 32.771 milhões (32,3%) na receita com energia referente ao reajuste tarifário ocorrido em de julho de 2016, acrescido das receitas adicionais decorrentes dos investimentos realizados e das receitas antecipadas para realização de investimentos futuros.
- Aumento de R\$ 1.859 milhões (8,8%) na receita de energia de leilão referente ao reajuste de preço do contrato de venda de energia da controlada Pirapora.
- Redução de R\$ 12.828 milhões (71,5%) na receita de construção referente à diminuição de investimento realizado no ativo financeiro no exercício de 2016.
- Redução de R\$ 3.153 milhões (29%) na receita com fornecimento de energia referente ao encerramento do contrato de fornecimento de energia com a comercializadora Ciplan.

Os Custos dos Bens e Serviços apresentaram um aumento de 9%, devido aos seguintes fatos:

- Aumento de 15,0% nas despesas com Serviços de Terceiros devido aos custos adicionais assumidos pela EMAE com dragagens e remoções de lixo do Canal Pinheiros, enquanto não ocorre o repasse de verba do Estado para o exercício de 2016. No período de 2016, tais serviços totalizaram R\$ 12.600 milhões.
- Aumento de R\$ 3.174 milhões (125,7%) nas despesas com Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, devido ao aumento na geração de energia elétrica em 2016; e
- Aumento de R\$ 25.816 milhões (170%) nas provisões operacionais, dos quais R\$ 10.733 milhões referem-se ao aumento nas ações trabalhistas, pelo ingresso de novas ações e revisões nas probabilidades e nas atualizações monetárias. E em 30 de setembro de 2015 as reversões superaram as provisões, gerando resultado positivo de R\$ 15.178 milhões, devido ao acordo homologatório firmado entre a EMAE, Sindicatos e empregados para liquidação de parte das ações trabalhistas sobre periculosidade,

Comentário do Desempenho

Decorrentes desses fatos o Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos apresenta uma redução de 97%, sendo (R\$ 5.101) milhões em 30 de setembro de 2016 contra (R\$ 2.591) milhões em 30 de setembro de 2015.

O Resultado Financeiro verifica-se um aumento de 9% que são justificada pelo

- Aumento de R\$ 5.597 milhões (13,4%) nas variações monetárias vinculadas ao arrendamento da Usina Termelétrica Piratininga sendo que são atualizadas pelo IGP-M e no acumulado do terceiro trimestre de 2016 a variação do IGP-M foi superior à do mesmo período de 2015 (6,48% 30 de setembro em 2016 e 6,35% 30 de setembro em 2015).

Em relação a Fundação CESP cabe destacar:

(i) Em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados os parâmetros econômicos e atuariais vinculados ao PSAP/EMAE, devem ser reavaliados anualmente, por atuário independente. Decorrente dos resultados obtidos nessa reavaliação é determinado o valor total das despesas vinculadas ao PSAP/EMAE que afetarão o resultado do exercício imediatamente subsequente.

(ii) No acumulado do terceiro trimestre de 2016, verifica-se redução nas despesas vinculadas à Fundação CESP que afetam o resultado devido à aplicação, na reavaliação atuarial efetuada em 31.12.2015, de taxa de desconto superior à anteriormente aplicada, (7,31% em 31 de dezembro de 2015 e 6,17% em 31 de dezembro de 2014), reduzindo o déficit do plano e, em consequência, reduzindo as despesas a serem reconhecidas em 2016.

A variação para maior verificada entre o IR e CSLL no período findo de nove meses de 2016, deve-se a obtenção do lucro operacional de R\$ 58.916 milhões superior, portanto, aos R\$ 56.099 milhões do mesmo período de 2015 que foi afetado pela reversão de provisões para contingências no valor de R\$ 27.810 milhões e a constituição de créditos fiscais diferidos que contribuíram significativamente para a redução e, até, reversão dos impostos no período.

Como reflexos dos fatos comentados a EMAE obteve no acumulado do terceiro trimestre de 2016 um Lucro de R\$ 46.168 milhões, inferior em 18,0% ao Lucro de R\$ 56.076 milhões verificado no mesmo período em 2015.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMAE", ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. Nesse sentido, vem desenvolvendo estudos visando a implantação de pequenas centrais hidrelétricas, o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas a UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória - MP 579, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as Companhias com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração - RAG e submetida aos padrões de qualidade do serviço estabelecidos pela ANEEL.

A Receita Anual de Geração foi calculada pela ANEEL por meio de fórmula definida no contrato de concessão, é reajustada anualmente e a cada 5 (cinco) anos é realizado o processo de revisão tarifária.

Conforme a Subcláusula Primeira da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, a RAG é composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição.

Também de acordo com a Subcláusula Décima Segunda do mesmo, os custos relativos à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH, serão cobrados pela ANEEL e serão ressarcidos pelas Distribuidoras na proporção das cotas.

Notas Explicativas

Além disso, o novo modelo estipula, também, que: os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE passam a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos será disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas; e encargos e tributos, pagos pela Companhia, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, PIS e COFINS passam a ser ressarcidos por meio da RAG e deixa de existir o recolhimento a título da reserva global de reversão.

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termoelétrica Piratininga ("UTE Piratininga"), em 27/04/2007, para a Baixada Santista Energia S.A. – BSE ("BSE"), subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobrás"). O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa nº 1.218, de 22/01/2008. Esse contrato continha algumas condições suspensivas, as quais foram cumpridas em 21/05/2008, tornando o contrato efetivo a partir dessa data. O prazo do contrato é de 17 anos, contados a partir da data de sua assinatura. O contrato possui cláusula resolutiva em caso de não ser obtida a renovação da concessão da UTE Piratininga, a qual terminou em 07/07/2015. O MME está analisando o processo de renovação da concessão da UTE Piratininga.

A EMAE foi autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de Companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Controlada Pirapora Energia S.A. ("Pirapora")

A Pirapora, subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e operar a PCH Pirapora. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24/06/2008, estabeleceu que a autorização vigorará pelo prazo de 30 anos, contados da data da publicação dessa resolução. De acordo com essa autorização, ao final da autorização, os bens e instalações vinculados serão revertidos à União, mediante o pagamento de indenização, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A construção da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, foi concluída em dezembro de 2014. O início de suas operações se deu em 1º de janeiro de 2015.

A energia gerada pela Pirapora foi comercializada por meio de contratos de venda de energia no ambiente regulado correspondentes a 16 MW médios. O período de fornecimento estipulado é de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044. A cláusula 4.5 do contrato prevê que caso a permissão termine antes do término do período de suprimento o sucessor da titularidade da permissão assumirá todas as obrigações e direitos desse contrato.

Adicionalmente, o artigo 7º, da Lei nº 12.111/2009, estabelece que o empreendimento de geração de energia elétrica referido no par. 7º- A do art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que vier a garantir em leilão o direito de firmar contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR terá prazo de autorização ou concessão prorrogada, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Dessa forma, é entendimento da Companhia que essa Lei prorroga a autorização para coincidir com o término do contrato de comercialização firmado no ambiente regulado.

Em 07 de janeiro de 2016, devido à ruptura de uma das pás do rotor hidráulico da unidade geradora – UG2 foi determinado, pela área técnica, o desligamento emergencial da UG2. A ocorrência foi comunicada à ANEEL.

Notas Explicativas

Em 20 de janeiro de 2016, de forma preventiva a área técnica realizou inspeções e testes na UG1, constatando, também a existência de problemas nas pás do rotor, fato que tornou obrigatório a desmontagem da unidade para correção dos problemas.

Ambas das paralisações foram comunicadas tempestivamente à ANEEL, BNDES e ARSESP.

Análises e laudos realizados indicam que a recuperação definitiva das máquinas exige alterações de projeto e troca de todas as pás do rotor.

O cronograma atualizado previsto de retorno em operação das máquinas indica as seguintes datas:

- Retorno provisório da UG01: 20/11/2016
- Retorno definitivo UG01: 01/09/2017
- Retorno definitivo UG02: 01/08/2017

Notas Explicativas

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil – CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR.

A autorização para a emissão das informações trimestrais ocorreu na reunião da diretoria realizada em **01/11/2016**. As demonstrações intermediárias foram, em seguida, submetidas ao Conselho de Administração.

2.2 Moeda funcional

Estas informações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A Companhia, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, aplicou o uso de estimativas e julgamentos de forma consistente com aqueles utilizados na preparação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

2.4 Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis são adotadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

2.5 Informações por segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia, coordenada pelo seu Diretor Presidente, realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não estão sendo apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são as mesmas que as apresentadas na Demonstração do Resultado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais estão consistentes com as apresentadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O relatório de informações trimestrais referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 deve ser lido em conjunto com as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Caixa e bancos conta movimento.....	208	202	208	202
Aplicações financeiras (a).....	35.242	44.186	46.740	49.943
	<u>35.450</u>	<u>44.388</u>	<u>46.948</u>	<u>50.145</u>

(a) A Empresa aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou 1,06 % ao mês no período findo em 30 de setembro de 2016 e 0,9030% ao mês no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 .

5. REVENDADORES E CONSUMIDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	30.223	12.696	34.394	16.337
b) Fornecimento				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	4.177	846	4.177	846

Não há saldos em atraso em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, paga em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, a qual poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato. O contrato possui cláusula resolutiva caso não seja emitido novo ato autorizativo com a liquidação das obrigações pendentes.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termoelétrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. - BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008, cujo prazo de concessão encerrou-se em 07 de julho de 2015.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

Com o advento da transferência da concessão para a Baixada Santista Energia ("BSE"), coube a esta requerer a renovação junto à ANEEL em 5 de julho de 2012 e posterior ratificação em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei 12.783, de 13 de janeiro de 2013. Até o presente momento aguarda-se manifestação do Poder Concedente.

Os ativos relacionados a este arrendamento possuem valor líquido contábil de R\$ 85.007 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 89.321 em 31 de dezembro de 2015). A Administração elaborou uma análise do valor a ser indenizado no caso de não renovação da concessão para avaliar qual seria o montante a ser indenizado pelo Poder Concedente conforme determinado na cláusula décima - primeira do contrato de concessão da UTE Piratininga. A Administração da Companhia entende que a estimativa do valor a ser indenizado em caso de não renovação da concessão se aproxima dos montantes a serem recebidos pelas parcelas do arrendamento financeiro com a BSE, e dessa forma, mesmo que não se tenha a renovação da concessão não deverá haver perdas relevantes a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia e a BSE decidiram iniciar um processo de discussão com vistas a uma possível renegociação da atual formatação do contrato de arrendamento. O resultado desse processo deverá ser submetido à aprovação dos órgãos societários competentes das companhias. A medida que tais negociações avançarem, a Companhia voltará a se manifestar..

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado			Saldo 30.09.16
	Saldo 31.12.15	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO				
Circulante.....	75.623	18.471	(41.026)	53.068
Não Circulante.....	404.984	46.109	-	451.093
	480.607	64.580	(41.026)	504.161

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.16	31.12.15
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira à reconhecer	(114.245)	(132.716)
Variação monetária.....	381.216	335.107
Recebimentos.....	(527.810)	(486.784)
	504.161	480.607

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Não circulante	
2017	85.363
2018.....	54.295
2019.....	50.235
2020.....	49.164
2021.....	48.392
De 2022 até 2024.....	163.644
	451.093

Notas Explicativas

7. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Circulante				
Serviços em curso (a).....	2.769	2.438	2.769	2.438
Bens destinados a conserto (b).....	8.761	9.104	8.761	9.104
Mútuo com controlada (c).....	5.145	4.588	-	-
Dividendos a receber de controlada (d).....	3.896	3.896	-	-
Valores a receber - Energia Livre (e).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Outros créditos (f).....	5.234	3.895	5.234	3.895
Funcionários cedidos (g).....	6.389	4.770	6.389	4.770
GSF Pirapora energia (h).....	-	-	3.429	4.703
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.963)	(17.103)	(18.963)	(17.103)
	<u>17.375</u>	<u>15.732</u>	<u>11.763</u>	<u>11.951</u>

- a - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- b - Referem-se a saídas de bens que se encontram em estabelecimento de terceiros para conserto;
- c - Refere-se a contrato de mútuo firmado com a sua controlada; (veja maiores detalhes na nota explicativa nº 17.3);
- d - Refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios a receber até novembro de 2016 de sua controlada;
- e - Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido;
- f - Referem-se a renda da prestação de serviços, créditos a receber decorrentes de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores;
- g – Referem-se a valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo;
- h – GSF - Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Pirapora Energia autorizou a Empresa a aderir à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei no 13.203/2015 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL no 684/2015.

Notas Explicativas

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

8.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições.....	57.867	55.213	58.916	56.099	57.867	55.213	58.916	56.099
Aliquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(14.467)	(13.803)	(14.729)	(14.025)	(5.208)	(4.969)	(5.302)	(5.049)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(2.728)	(2.984)	(2.728)	(2.984)	(982)	(1.074)	(982)	(1.074)
Arrendamento UTP.....	6.791	6.976	6.791	6.976	2.445	2.512	2.445	2.512
Outros.....	4.333	4.779	4.333	4.779	1.560	1.349	1.560	1.349
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão								
Provisões diversas.....	633	4.290	633	4.290	228	1.544	228	1.544
Outros (PAT, incentivos).....	(4.767)	32	(4.767)	32	(1.755)	-	(1.755)	-
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	1.631	1.544	1.187	1.176	587	667	338	451
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	(8.574)	834	(9.280)	244	(3.125)	29	(3.468)	(267)
Corrente.....	(3.697)	(488)	(4.403)	(1.078)	(1.370)	(447)	(1.713)	(743)
Diferido.....	(4.877)	1.322	(4.877)	1.322	(1.755)	476	(1.755)	476
Aliquota efetiva.....	15%	2%	16%	0%	5%	0%	6%	0%

8.2 Composição dos saldos dos Impostos Diferidos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2016 (a).....	15.195	-	-	-
Prejuízos fiscais (b).....	57.318	58.949	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (c).....	-	-	105.779	98.812
Obrigação fiscal diferida ORA (d).....	-	-	15.484	15.484
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2016 (a).....	5.470	-	-	-
Prejuízos fiscais (b).....	15.314	15.901	-	-
Obrigação fiscal diferida (c).....	-	-	38.080	35.573
Obrigação fiscal diferida ORA (d).....	-	-	5.574	5.574
	93.297	151.017	164.917	155.443
Provisão para créditos tributários (e).....	(93.297)	(151.017)	(49.475)	(46.633)
	-	-	115.442	108.810

- (a) Referem-se a créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis sobre a base negativa da contribuição social e prejuízo fiscal do imposto de renda;
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2013 e 2014;
- (c) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 6);
- (d) Refere-se à passivo fiscal diferido sobre o saldo de Outros Resultados Abrangentes (Ajuste da Avaliação Atuarial);
- (e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a). A Companhia registrou um total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitado a 30% do passivo fiscal diferido. Em 30 de setembro de 2016 os montantes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social totalizam R\$ 229.272 (R\$ 235.797 em 2015) e R\$ 170.151 (R\$ 176.676 em 2015) respectivamente.

Notas Explicativas

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Circulante				
Depósitos vinculados (a).....	9.358	9.350	12.961	13.033
Não circulante				
Depósitos judiciais (b).....	15.440	13.879	15.440	13.879
	<u>24.798</u>	<u>23.229</u>	<u>28.401</u>	<u>26.912</u>

- a) R\$ 64 (R\$ 796 em 31 de dezembro de 2015) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 9.294 (R\$ 8.554 em 31 de dezembro de 2015) de outros depósitos vinculados R\$ 3.603 (R\$ 3.683 em 31 de dezembro de 2015) referente a depósitos cauções da Controlada Pirapora para cumprimento de exigências do BNDES.
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas a esses depósitos judiciais;

10. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

	Controladora e Consolidado	
	30.09.16	31.12.15
Ativo financeiro indenizável	45.530	40.716
	<u>45.530</u>	<u>40.716</u>

São classificados nesta conta os investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31 de dezembro de 2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme definido na legislação citada, os mesmos estão sendo recuperados desde a RAG 2015/2016.

A seguir, demonstramos a movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	40.716
Adições (a)	5.096
QRR- Quota de reintegração regulatória (b)	(282)
Saldo em 30 de setembro de 2016	<u>45.530</u>

(a) Adições do Ativo financeiro indenizável durante o período de nove meses findo em 30/09/2016.

(b) QRR – Quota de reintegração regulatória – Corresponde a uma parcela do ressarcimento do investimento realizado pelo concessionário que é calculo pela ANEEL, e divulgado no evento do reajuste tarifário.

Do montante total do Ativo financeiro indenizável a Companhia submeteu investimentos realizados no valor de R\$ 27.000 para análise inicial da ANEEL, dos quais R\$ 6.000 foram reconhecidos na RAG a partir do ciclo tarifário 2015/2016 e o restante foi reconhecido na RAG a

Notas Explicativas

partir do ciclo tarifário 2016/2017. Sendo que o montante de R\$ 18.000 não foi submetido para a ANEEL, visto que referem-se a investimentos não concluídos.

11. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

	Controladora e Consolidado	
	30.09.16	31.12.15
Ativo reversível da concessão	<u>275.273</u>	<u>275.273</u>
	<u>275.273</u>	<u>275.273</u>

Refere-se aos saldos dos ativos reversíveis, excluindo-se os ativos relacionados aos projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo poder concedente, após fiscalização e definição dos valores com base na VNR, nos termos do com o art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013:

Os bens reversíveis, apurados pela administração, são os seguintes:

	30.09.2016
Complexo UHE Henry Borden	203.659
Usina Porto Góes	7.299
Usina Rasgão	6.255
Usina Edgar de Souza	56.006
Usina Isabel	2.054
	<u>275.273</u>

A Administração da Companhia informa que até 30 de setembro de 2016 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados, tampouco não há indicações de perdas de realização. Todavia, quando da homologação dos valores pela ANEEL, poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia.

12. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Pirapora Energia S.A.....	79.647	72.595	-	-
Outros.....	1.390	1.390	1.390	1.390
Total.....	<u>81.037</u>	<u>73.985</u>	<u>1.390</u>	<u>1.390</u>

	Controlada
Saldo em 31.12.2015.....	72.595
Resultado de equivalência patrimonial....	7.052
Saldo em 30.09.2016.....	<u>79.647</u>

	30.09.16	31.12.15
Ativo.....	182.729	180.174
Passivo.....	103.082	107.579
Patrimônio Líquido.....	79.647	72.595

	30.09.16	30.09.15
Lucro do Período.....	7.052	10.157

Notas Explicativas

13. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2016 está representada por:

Controladora	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.15		Transferência Ativo financeiro	Depreciação do período	Saldo em 30.09.16
			Adições			
Em serviço						
Terrenos.....		6.712	-	-	-	6.712
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,6%	1.154	-	-	(55)	1.099
Máquinas e Equipamentos.....	1,2%	1.664	3	-	(632)	1.035
Veículos.....	1,2%	1	-	-	(1)	-
Móveis e Utensílios.....	1,0%	79	3	-	(70)	12
Subtotal.....		9.610	6	-	(758)	8.858
Em curso.....		846	2.420	(2.038)	-	1.228
Adiantamento a fornecedores.....		3.197	256	(2.396)	-	1.057
Total Controladora.....		13.653	2.682	(4.434)	(758)	11.143

* Valor transferido para o Ativo Financeiro Indenizável

Consolidado	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.15		Transferência Ativo financeiro	Depreciação do período	Saldo em 30.09.16
			Adições			
Em serviço						
Terrenos.....		6.712	-	-	-	6.712
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	49.648	-	-	(768)	48.880
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	50.084	106	-	(767)	49.423
Máquinas e Equipamentos.....	3,1%	65.468	3	-	(2.106)	63.365
Veículos.....	4,1%	1	-	-	(1)	-
Móveis e Utensílios.....	6,3%	81	3	-	(70)	14
Subtotal.....		171.994	112	-	(3.712)	168.394
Em curso.....		846	2.708	(2.038)	-	1.516
Adiantamento a fornecedores.....		3.197	256	(2.396)	-	1.057
Total consolidado.....		176.037	3.076	(4.434)	(3.712)	170.967

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 8 de março de 2012 a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000, a ser pago em 192 parcelas mensais. Tal valor representa 60% do investimento para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Em 30 de setembro de 2016, o valor total atualizado do financiamento era de 93.039 (R\$ 97.002 em 31 de dezembro de 2015), sendo R\$ 6.938 (R\$ 6.549 em 31 de dezembro de 2015) classificados como passivo de curto prazo e R\$ 86.101 como passivo não circulante (R\$ 90.453 em 31 de dezembro de 2015).

O vencimento será em 15/09/2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.

O contrato contém cláusulas de *covenants* qualitativos e quantitativos. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia atendeu plenamente os *covenants* qualitativos.

Circulante e Não Circulante	Consolidado				
	31.12.15		30.09.16		Saldo
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros	
Financiamento BNDES.....	97.002	6.514	(4.953)	(5.524)	93.039

Notas Explicativas

15. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

15.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

	Controladora e Consolidado			
	31.12.15	30.09.16		
		Amortização	Despesa	Saldo
Entidade de previdência a empregados.....	24.660	(22.841)	3.226	5.045

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 não houve alteração no plano de previdência a empregados ou modificação em relação às informações divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

	31.12.15	30.09.16	
	Saldo	Provisão	Saldo
Não circulante			
Trabalhistas			
Periculosidade.....	8.010	1.028	9.038
Diversas.....	11.707	6.372	18.079
	19.717	7.400	27.117
Cíveis.....	23.399	3.202	26.601
Tributárias.....	13	2	15
Administrativo.....	118	34	152
	43.247	10.638	53.885

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, não houve modificações significativas.

Contingências Possíveis

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	30.09.16	31.12.15
Administrativo.....	819	522
Ambiental	68.628	60.292
Cível.....	28.772	18.635
Trabalhista.....	9.694	11.260
Tributária.....	701	-
	108.614	90.709

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, as principais modificações ocorridas nos processos judiciais cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível pela Companhia foram:

Notas Explicativas

Cível – A variação no período decorre principalmente do processo de reintegração de posse promovida pela EMAE em face dos moradores da comunidade localizada no Parque. Grajaú (Reservatório Billings), onde a ação passou da probabilidade de perda remota para possível.

Ambiental- A variação no período decorre principalmente da atualização da obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função de prazo adicional de 24 meses concedido pelo Ministério Público.

Periodicamente a EMAE apresentou judicialmente o relatório dos atos praticados no cumprimento do acordo. Em 18/03/15, foi requerido dilação de prazo de 90 dias, para concretização da remoção e destinação do lodo. Intimado a manifestar-se sobre o pleito, o Ministério Público irá avaliar as providências realizadas para, após, emitir seu parecer nos autos (prazo em andamento aguardando manifestação do Ministério Público). A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 30 de setembro de 2016.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

17.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 813 (646 em 31 de dezembro de 2015) com a CESP, referente a aluguel de imóveis da sede e despesas de condomínio.

17.2 Captações de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A Companhia é sucessora da Light, companhia responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Guarapiranga e Billings, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica. A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928 e 1944, respectivamente, autorizadas pelo Decreto Estadual nº 4.487/28 e pelo Decreto Federal nº 15.696/44. Em 1958 foi celebrado um Termo de Acordo entre Light e o então Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, antecessora da SABESP, elevando a vazão captada e prevendo as formas de compensação à companhia de energia decorrentes da perda energética. O Termo de Acordo estabelecia, também, que eventuais divergências entre as partes deveriam ser submetidas à arbitragem. Posteriormente, por outros instrumentos legais, as vazões captadas foram sucessivamente aumentadas, sempre condicionadas, porém, à devida compensação financeira.

No mesmo sentido segue a regulamentação da indústria hidrelétrica. Tanto o Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643/34), como os Serviços de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019/57), obriga o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios para a finalidade de abastecimento, mediante ressarcimento à concessionária de serviços públicos de geração de energia.

Nesse sentido, várias tentativas de cobrança foram realizadas pela Companhia ao longo dos últimos anos visando ao estabelecimento de acordo administrativo junto à Companhia de abastecimento público de água para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden, da ordem de 101 MW médios, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Detalhes sobre o andamento dos processos judiciais movidos pelas partes e do processo de arbitragem estão apresentadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, não ocorreu nenhum evento novo em relação aos fatos divulgados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

17.3 Mútuo com subsidiária Pirapora

A Companhia, no ano de 2015, transferiu à sua controlada e subsidiária integral, PIRAPORA ENERGIA, o montante de R\$ 4.588 (R\$ 5.145, em 30/09/2016 que correspondente ao saldo inicial mais atualização, vide nota 7) a título de contrato de Mútuo. O contrato de Mútuo tem o prazo de 12 meses com a possibilidade de prorrogação para 24 meses, sendo a taxa de juros aplicada de 0,28% ao mês acrescida da variação mensal IPC-A. Houve um aditivo prorrogando o contrato em mais 12 meses aprovado pela ANEEL e BNDES.

17.4 Remuneração do pessoal chave da administração

Partes Relacionadas	30/09/2016		30/09/2015	
	nº de membros	Remuneração	nº de membros	Remuneração
Diretoria estatutária	3	700	3	293
Conselho Fiscal	5	188	5	189
Conselho administrativo	10	589	11	653
	18	1.477	19	1.135

Partes Relacionadas	3º Trimestre 2016		3º Trimestre 2015	
	nº de membros	Remuneração	nº de membros	Remuneração
Diretoria estatutária	3	185	3	122
Conselho Fiscal	5	62	5	64
Conselho administrativo	10	185	11	204
	18	432	19	390

17.5 SERVIÇOS CANAL RIO PINHEIROS

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional. Esses gastos são ativados em conta específica do balanço patrimonial e, anualmente, a Companhia presta contas desses valores para o Governo do Estado de São Paulo. O reembolso por parte do Estado é realizado mensalmente e a Companhia registra esses valores como obrigações no grupo de Depósitos Vinculados. Quando ocorre a prestação de contas e a aprovação dos gastos, a Companhia realiza a compensação dos ativos e passivos. Em 30 de setembro de 2016, o saldo a receber é de R\$ 937 (R\$ 8.115 em 31 de dezembro de 2015). Em 30 de setembro de 2016 o convênio encontrava-se em fase de negociação sendo que a EMAE já desembolsou o montante de R\$ 12.600. Veja maiores detalhes na nota explicativa nº 24 – Evento subsequente.

17.6 Contrato de prestação de serviços com subsidiária

O contrato tem por objeto a prestação, pela Emae à Pirapora de serviços de operação e manutenção da PCH Pirapora. O prazo para prestação dos serviços é de 4 anos, contados a partir da autorização de início expedida pela Pirapora Energia S.A., podendo ser prorrogado, a critério das partes,

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Os principais acionistas em 30 de setembro de 2016 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ (Custodiada na BM&F BOVESPA)...	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A.						
ELETROBRÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Álvaro Luiz A. de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.265.633	10,19	2.265.633	6,13
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETROPAR - ELETROBRAS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	547.200	2,46	547.200	1,48
Outros.....	-	-	2.748.262	12,35	2.748.262	7,44
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

Durante o período findo em 30 de setembro de 2016 não houve emissão ou agrupamento de ações.

18.2 Lucro por ação

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros (prejuízos) por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado			
	Acumulado		3º Trimestre	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Lucro do período	R\$ 46.168	R\$ 56.076	R\$ 22.429	R\$ 36.500
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714	22.241.714	22.241.714
Total.....	36.947.084	36.947.084	36.947.084	36.947.084
Lucro por ação básico e diluído				
Ação Ordinária.....	R\$ 1,17863	R\$ 1,43157	R\$ 0,57263	R\$ 0,93185
Ação Preferencial.....	R\$ 1,29649	R\$ 1,57473	R\$ 0,62989	R\$ 1,02504

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

Notas Explicativas

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

19.1 Conciliação da receita operacional líquida

TRIMESTRE	Controladora		Consolidado	
	3º Trimestre 2016	3º Trimestre 2015	3º Trimestre 2016	3º Trimestre 2015
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia.....	1.702	3.566	1.702	3.566
Cotas de energia elétrica (1).....	55.102	37.435	55.102	37.435
Suprimento de energia - leilão.....	-	-	7.839	7.083
Suprimento de energia - comercializadores.....	808	-	808	-
Energia de curto prazo - CCEE.....	102	446	125	868
Renda da prestação de serviços.....	2.626	3.240	2.474	3.240
Outras receitas.....	1.174	454	1.174	454
Receitas relativas à construção de ativos próprios (nota 10).....	662	13.888	662	13.888
	<u>62.176</u>	<u>59.029</u>	<u>69.886</u>	<u>66.534</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(4.410)	(3.471)	(4.645)	(3.697)
PIS sobre receitas operacionais.....	(953)	(751)	(1.004)	(800)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(79)	(80)	(79)	(80)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(432)	(327)	(432)	(327)
	<u>(5.874)</u>	<u>(4.629)</u>	<u>(6.160)</u>	<u>(4.904)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>56.302</u>	<u>54.400</u>	<u>63.726</u>	<u>61.630</u>

Período de nove meses findo em 30/09/2016 e 30/09/2015	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia.....	7.646	10.799	7.646	10.799
Cotas de energia elétrica (1).....	134.152	101.381	134.152	101.381
Suprimento de energia - leilão.....	-	-	22.821	20.962
Suprimento de energia - comercializadores.....	808	-	808	-
Energia de curto prazo - CCEE.....	294	2.552	358	3.010
Renda da prestação de serviços.....	9.105	9.949	7.660	9.949
Outras receitas.....	1.425	1.836	1.425	1.836
Receitas relativas à construção de ativos próprios (nota 10).....	5.096	17.924	5.096	17.924
	<u>158.526</u>	<u>144.441</u>	<u>179.966</u>	<u>165.861</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(14.626)	(12.345)	(15.312)	(12.988)
PIS sobre receitas operacionais.....	(3.164)	(2.677)	(3.313)	(2.816)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(290)	(260)	(290)	(260)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(1.148)	(1.004)	(1.148)	(1.004)
	<u>(19.228)</u>	<u>(16.286)</u>	<u>(20.063)</u>	<u>(17.068)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>139.298</u>	<u>128.155</u>	<u>159.903</u>	<u>148.793</u>

- 1- Inclui o reconhecimento integral de R\$ 16.094 do componente financeiro referente ao adicional de receita relativo aos bens não reversíveis do período de janeiro de 2013 a junho de 2015 de acordo com a Nota Técnica nº 232/2016 –SGT/ANEEL de 14/07/2016.

19.2 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre- ACL

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 o fornecimento para consumidores livres resultou em um faturamento de R\$ 1.702 e R\$ 7.646, respectivamente (R\$ 3.566 e R\$ 10.799 no período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2015). Para garantir tais contratos, foram promovidos leilões de compra de energia elétrica, sendo que, para este ano, a energia objeto da venda vem sendo adquirida da BOLT Serviços e Comercialização de Energia Ltda.

Notas Explicativas

19.3 Energia Elétrica Vendida

TRIMESTRE	Controladora				Consolidado			
	MWh		R\$ mil		MWh		R\$ mil	
	3º Trimestre 2016	3º Trimestre 2015	3º Trimestre 2016	3º Trimestre 2015	3º Trimestre 2016	3º Trimestre 2015	3º Trimestre 2016	3º Trimestre 2015
Fornecimento (1)								
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	6.624	17.243	1.702	3.566	6.624	17.243	1.702	3.566
Cotas de Garantia Física								
Cotas de energia elétrica.....	311.017	318.292	55.102	37.435	311.017	318.292	55.102	37.435
Suprimento								
Leilão.....	-	-	-	-	34.660	34.228	7.839	7.083
Comercializadores.....	8.832	-	808	-	8.832	-	808	-
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (2)								
Energia de curto prazo.....	-	-	102	446	-	-	125	868
Total.....	326.473	335.535	57.714	41.447	361.133	369.763	65.576	48.952

TRIMESTRE	Controladora				Consolidado			
	MWh		R\$ mil		MWh		R\$ mil	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Fornecimento (1)								
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	32.312	51.637	7.646	10.799	32.312	51.637	7.646	10.799
Cotas de Garantia Física								
Cotas de energia elétrica.....	935.255	973.678	134.152	101.381	935.255	973.678	134.152	101.381
Suprimento								
Leilão.....	-	-	-	-	104.031	104.105	22.821	20.962
Comercializadores.....	8.832	-	808	-	8.832	-	808	-
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (2)								
Energia de curto prazo.....	-	-	294	2.552	-	-	358	3.010
Total.....	976.399	1.025.315	142.900	114.732	1.080.430	1.129.420	165.785	136.152

- (1) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste;
- (2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19.4 Renda da prestação de serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

TRIMESTRE	Controladora		Consolidado	
	3º Trimestre 2016	3º Trimestre 2015	3º Trimestre 2016	3º Trimestre 2015
	Petrobras (UTE's).....	1.748	2.399	1.748
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	726	818	726	818
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA (nota 17.6).	152	-	-	-
Outros serviços.....	-	23	-	23
	2.626	3.240	2.474	3.240

TRIMESTRE	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
	Petrobras (UTE's).....	5.423	7.569	5.423
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	2.237	2.312	2.237	2.312
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA (nota 17.6)....	1.445	-	-	-
Outros serviços.....	-	68	-	68
	9.105	9.949	7.660	9.949

Notas Explicativas

20. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

20.1 Para os trimestres findos em 30 de Setembro

CONTROLADORA	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	3º trimestre 2016	3º trimestre 2015	3º trimestre 2016	3º trimestre 2015	3º trimestre 2016	3º trimestre 2015
Energia elétrica comprada para revenda.....	(2.663)	(2.338)	-	-	(2.663)	(2.338)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.075)	(1.125)	-	-	(1.075)	(1.125)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(1.108)	(784)	-	-	(1.108)	(784)
Pessoal.....	(25.730)	(20.674)	-	-	(25.730)	(20.674)
Material.....	(1.242)	(887)	-	-	(1.242)	(887)
Serviço de terceiros.....	(12.153)	(10.389)	-	-	(12.153)	(10.389)
Depreciação e amortização.....	(194)	(205)	-	-	(194)	(205)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, civis e tributários.....	(4.118)	(3.182)	-	-	(4.118)	(3.182)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(662)	(13.888)	-	-	(662)	(13.888)
Ganho(Perda) na alienação de bens e direitos.....	-	-	(1.011)	464	(1.011)	464
Outras.....	(5.135)	9.777	4.767	1.864	(368)	11.641
Total.....	(54.080)	(43.695)	3.756	2.328	(50.324)	(41.367)

Notas Explicativas

CONSOLIDADO	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	3º trimestre 2016	3º trimestre 2015	3º trimestre 2016	3º trimestre 2015	3º trimestre 2016	3º trimestre 2015
Energia elétrica comprada para revenda (1).....	(2.663)	(3.827)	-	-	(2.663)	(3.827)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(868)	(1.232)	-	-	(868)	(1.232)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(1.108)	(784)	-	-	(1.108)	(784)
Pessoal.....	(25.730)	(20.674)	-	-	(25.730)	(20.674)
Material.....	(1.245)	(887)	-	-	(1.245)	(887)
Serviço de terceiros.....	(12.510)	(10.413)	-	-	(12.510)	(10.413)
Depreciação e amortização.....	(1.179)	(205)	-	-	(1.179)	(205)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(4.118)	(3.182)	-	-	(4.118)	(3.182)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(662)	(13.888)	-	-	(662)	(13.888)
Ganho (Perda) na alienação de bens e direitos.....	-	-	(1.011)	464	(1.011)	464
Outras.....	(4.905)	9.754	4.767	1.864	(138)	11.618
Total.....	(54.988)	(45.338)	3.756	2.328	(51.232)	(43.010)

Notas Explicativas

20.2 Para o período de nove meses findo em 30/09/2016 e 30/09/2015

CONTROLADORA	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Energia elétrica comprada para revenda.....	(6.770)	(7.287)	-	-	(6.770)	(7.287)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(3.341)	(3.121)	-	-	(3.341)	(3.121)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(5.699)	(2.525)	-	-	(5.699)	(2.525)
Pessoal.....	(74.110)	(74.029)	-	-	(74.110)	(74.029)
Material.....	(2.938)	(2.441)	-	-	(2.938)	(2.441)
Serviço de terceiros.....	(40.610)	(35.242)	-	-	(40.610)	(35.242)
Depreciação e amortização.....	(803)	(1.190)	-	-	(803)	(1.190)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(10.638)	2.288	-	-	(10.638)	2.288
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(5.096)	(17.924)	-	-	(5.096)	(17.924)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	464	-	464
Outras.....	(13.041)	(4.581)	4.767	(1.301)	(8.274)	(5.882)
Total.....	(163.046)	(146.052)	4.767	(837)	(158.279)	(146.889)

Notas Explicativas

CONSOLIDADO	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Energia elétrica comprada para revenda (1).....	(9.647)	(11.312)	-	-	(9.647)	(11.312)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(3.365)	(3.414)	-	-	(3.365)	(3.414)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(5.699)	(2.525)	-	-	(5.699)	(2.525)
Pessoal.....	(74.110)	(74.029)	-	-	(74.110)	(74.029)
Material.....	(2.947)	(2.441)	-	-	(2.947)	(2.441)
Serviço de terceiros.....	(41.398)	(35.273)	-	-	(41.398)	(35.273)
Depreciação e amortização.....	(3.757)	(1.190)	-	-	(3.757)	(1.190)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(10.638)	2.288	-	-	(10.638)	2.288
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(5.096)	(17.924)	-	-	(5.096)	(17.924)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	464	-	464
Outras.....	(13.117)	(4.727)	4.767	(1.301)	(8.350)	(6.028)
Total.....	(169.774)	(150.547)	4.767	(837)	(165.007)	(151.384)

(1) As unidades geradoras da PCH Pirapora passam por manutenção desde o início de 2016 e, dessa forma, os compromissos da usina no Mercado de Curto Prazo (MCP) da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) vem sendo supridos por meio de créditos oriundos de recontabilização do MCP de 2015, não sendo necessário o aporte financeiro pelo agente até o mês de setembro de 2016.

Notas Explicativas

21. RESULTADO FINANCEIRO

TRIMESTRE	Controladora		Consolidado	
	3º Trimestre	3º Trimestre	3º Trimestre	3º Trimestre
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	1.636	1.498	2.078	1.726
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	6.072	6.348	6.072	6.348
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	-	53	-	53
Remuneração quotas - RAG.....	827	-	827	-
Outras.....	561	-	593	4
	<u>9.096</u>	<u>7.899</u>	<u>9.570</u>	<u>8.131</u>
Despesas				
Juros	-	-	(2.157)	(2.046)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	-	(4)	-	(16)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(53)	(44)	(53)	(44)
Juros sobre RGR.....	(203)	(203)	(203)	(203)
Outras.....	-	-	(558)	-
	<u>(256)</u>	<u>(251)</u>	<u>(2.971)</u>	<u>(2.309)</u>
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga.....	7.943	13.501	7.943	13.501
Outras variações monetárias	8	2	8	2
	<u>7.951</u>	<u>13.503</u>	<u>7.951</u>	<u>13.503</u>
	<u>16.791</u>	<u>21.151</u>	<u>14.550</u>	<u>19.325</u>

Período de nove meses findo em 30/09/2016 e 30/09/2015	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	4.066	4.181	5.057	4.895
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	18.470	19.606	18.470	19.606
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	24	313	24	313
Remuneração quotas - RAG.....	827	-	827	-
Outras.....	808	80	1.157	83
	<u>24.195</u>	<u>24.180</u>	<u>25.535</u>	<u>24.897</u>
Despesas				
Juros	-	-	(6.514)	(5.806)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(85)	(1.319)	(129)	(1.331)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(145)	(132)	(145)	(132)
Juros sobre RGR.....	(608)	(608)	(608)	(608)
Outras.....	-	-	(558)	-
	<u>(838)</u>	<u>(2.059)</u>	<u>(7.954)</u>	<u>(7.877)</u>
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga.....	46.109	41.651	46.109	41.651
Outras variações monetárias	330	18	330	18
	<u>46.439</u>	<u>41.669</u>	<u>46.439</u>	<u>41.669</u>
	<u>69.796</u>	<u>63.790</u>	<u>64.020</u>	<u>58.689</u>

Notas Explicativas

22. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1).....	09.04.2016	09.04.2017	15.000	219
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2).....	07.11.2015	05.11.2016	10.000	150
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3).....	12.11.2015	12.11.2016	324	2
Seguro de veículos.....	15.02.2016	15.02.2017	312	14
			<u>25.636</u>	<u>385</u>

(1) Refere-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia à terceiros;

(2) Refere-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração;

(3) Refere-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações da Companhia.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Classificação
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15	
Caixa e equivalentes de caixa.....	35.450	44.388	46.948	50.145	Valor justo por meio do resultado
Revendedores.....	30.223	12.696	34.394	16.337	Empréstimos e recebíveis
Consumidores.....	4.177	846	4.177	846	Empréstimos e recebíveis
Serviços - Canal Pinheiros.....	937	8.115	937	8.115	Empréstimos e recebíveis
Alienação de bens e direitos.....	-	835	-	835	Empréstimos e recebíveis
Arrendamento UTE Piratininga.....	504.161	480.607	504.161	480.607	Empréstimos e recebíveis
Outros créditos.....	17.375	15.732	11.763	11.951	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados.....	24.798	23.229	28.401	26.912	Disponível para venda
Ativo financeiro indenizável.....	45.530	40.716	45.530	40.716	Empréstimos e recebíveis
Ativo reversível da concessão.....	275.273	275.273	275.273	275.273	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores.....	5.800	4.544	6.117	4.742	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	3.716	3.716	3.716	3.716	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos.....	-	-	93.039	97.002	Passivo financeiro pelo custo amortizado

Mensuração do valor justo

As políticas contábeis estabelecidas pela Administração da Companhia e sua controlada requerem a mensuração de determinados ativos e passivos financeiros e não financeiros pelo seu valor justo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs), utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma.

	Nível I	Nível II
Caixa e equivalentes de caixa.....	X	X
Cauções e depósitos vinculados.....		X

Notas Explicativas

- Nível I: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível II: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia, a qual está totalmente comprometida, por meio de cotas, com as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

(a) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento, de acordo com os padrões de mercado, e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

(a.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

(a.2) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e cotas de garantia física - o reduzido número de clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de, no mínimo, dois meses de faturamento.

Adicionalmente, a Companhia tem registrado um contas a receber de arrendamento financeiro da Usina Térmica de Piratininga. A realização dessas contas a receber depende da capacidade financeira da contraparte em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais. Até a data da emissão dessas ITR não havia atrasos no recebimento dessas contas a receber.

Os grupo de contas sujeitos a esse risco são: Revendedores e Consumidores (nota 5); Serviços de canal do Rio Pinheiros (nota 17.5); Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (nota 6); Outros créditos (nota 7); Ativo financeiro indenizável (nota 10) e Ativo reversível da concessão (nota 11).

Notas Explicativas

(a.3) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

(a.4) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária, e em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas, de 30 de setembro de 2016, com CDI overnight de 13,88% a.a.(*).

I-CVM 475	Saldo 30.09.2016	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
CDI		13,88%	10,41%	6,94%
Controladora	35.450	4.920	3.690	2.460
Consolidado	46.948	6.516	4.887	3.258

(*) Fonte: Valor Econômico

A Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da Companhia, possui empréstimo contratado junto ao BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção do saldo devedor em 30 de setembro de 2016 referente às parcelas já liberadas, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 7,76% a.a.(**)

I-CVM 475	Saldo 30.09.2016	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
TJLP	7,76%	7,76%	9,70%	11,64%
Liberado pelo BNDES	93.039	7.220	9.025	10.830

(**) Fonte: TJLP (BNDES).

(a.5) Risco de liquidez

A Companhia tem capacidade limitada de obtenção de recursos para financiamento e capitalização. Tal condição pode afetar adversamente eventuais planos de expansão da Companhia. A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia, na data base 30 de setembro de 2016. Para a rubrica “empréstimos e financiamentos” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	5.800	-	-	-	-	5.800
Empréstimos e financiamentos (BNDES).....	2.991	8.972	11.963	59.814	83.739	167.479
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	3.716	-	-	-	-	3.716
Total	12.507	8.972	11.963	59.814	83.739	176.995

(a.6) Risco de aceleração de dívida

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros e outros, veja nota explicativa nº 14.

Os cálculos do índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD e índice de capital próprio – ICP são realizados em bases anuais e estão apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

(b) Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico dessas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência, exceto em relação à PCH Pirapora, de propriedade da Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE.

Para mitigar o risco hidrológico, em 2015, a PCH da Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, requereu à ANEEL a repactuação deste risco, nos termos da Lei nº13.203 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684, com efeitos retroagindo a 1º de janeiro de 2015, obtendo a respectiva anuência por meio do Despacho ANEEL nº189 de 25/01/2016.

(c) Risco de preço

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 (anos) e um reajuste tarifário anualmente em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária.

Em 21 de julho de 2016, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2107/2016, homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período 1º de julho de 2016 a 30 junho de 2017.

Notas Explicativas

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG	Adicionais de investimentos	Bens não reversíveis (5%)	Desempenho	Encargos	Ajustes	RAG
	(1)	(2)	(3)			(4)	
Henry Borden...	119.926	6.547	5.996	995	5.135	15.069	153.668
Porto Góes.....	4.189	155	209	293	573	534	5.953
Rasgão.....	3.443	429	172	-	446	492	4.982
	127.558	7.131	6.377	1.288	6.154	16.095	164.603

Fonte: REH 2107/2016 Nota técnica nº 232/2016

O reajuste homologado representa um aumento de aproximadamente 29% em relação a RAG anterior.

1) GAG

A GAG é parcela que a ANEEL, disponibiliza as concessionárias de geração de energia elétrica no regime de cotas pela gestão dos ativos de geração para remunerar os custos de operação e manutenção das usinas.

2) Adicional de Investimentos

A Aneel homologa adicional de receita as concessionaria de geração de energia elétrica no regime de cotas pelos investimentos para melhoria e conservação realizados e pleiteados após 31/12/2012.

3) Bens não Reversíveis

A Aneel reconhece um adicional de receita de 5% do GAG para investimento de bens de natureza não reversíveis tais como: bens administrativos, moveis, utensílios, veículos e etc.

4) Ajustes

Por meio da Resolução Homologatória 2.106 de 05 de julho de 2016 a ANEEL, reconheceu um adicional de receita para investimentos de bens não reversíveis de janeiro de 2013 a junho de 2015, que inicialmente não haviam sido considerados na RAG de 2015/2016, cuja realização ocorrerá no ciclo 2016/2017.

(d) Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e sua controlada. Essas alterações podem decorrer de mudanças nas regras de contratação e comercialização de energia, regras tarifárias, nas formas e prazos de concessão, entre outras.

(e) Risco de alteração na legislação tributária

O governo federal poderá implementar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

(f) Risco relacionado à integridade dos empreendimentos

Um risco inerente às operações da Companhia e de sua controlada é a possibilidade de rompimento ou galgamento das barragens, o que pode ocasionar inundações em áreas vizinhas e acidentes. A Companhia e sua controlada adotam uma política de segurança de

Notas Explicativas

barragem para reduzir a probabilidade de ocorrerem esses eventos e/ou minimizar seu impacto.

24. EVENTO SUBSEQUENTE

24.1 Convênio entre o Estado de São Paulo e a EMAE

Em 03 de outubro de 2016, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Energia e Mineração - SEM, e a EMAE celebraram Convênio para a cooperação na execução das atividades de manutenção da calha do Rio Pinheiros.

Dentre as obrigações do Estado de São Paulo cabe repassar à EMAE, os recursos necessários ao cumprimento do objeto do Convênio, estipulado no montante de R\$ 124.999. Os recursos serão repassados por intermédio da SEM, em parcelas duodecimais, de acordo com o Plano de Trabalho que integra o Convênio, durante os 60 meses do prazo de execução do Convênio.

À EMAE, dentre suas obrigações, cabe aplicar os recursos financeiros recebidos do Estado, única e exclusivamente, para os fins definidos no Convênio e detalhados no Plano de Trabalho e encaminhar à SEM a prestação de contas, no prazo de 30 dias contados da finalização de todas as etapas previstas no Plano de Trabalho.

Relativamente aos custos incorridos no período de janeiro a setembro de 2016, a EMAE, por meio do Ofício OF/P/4149/2016, de 04 de outubro de 2016, encaminhado ao Sr. Secretário de Energia e Mineração do Estado de São Paulo, solicitou indenização no valor de R\$ 12.267, a título de despesas sem cobertura contratual, conforme Decreto 40.177 de 07 de julho de 1995.

24.2 Celebração de instrumento particular de transação entre a SABESP e a EMAE

Em 28 de outubro de 2016, a Companhia emitiu fato relevante sobre a celebração com a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo ("Sabesp") de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças ("Instrumento") para o encerramento de todos os litígios entre as partes (vide nota explicativa nº 17.2), conforme segue:

- 1) Ação de Instituição de Compromisso Arbitral nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, ora em fase de apelação (Ação de Instituição da Arbitragem);
- 2) Procedimento Arbitral nº 069/2013, em trâmite perante o Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio para o Brasil – São Paulo – Amcham, (Arbitragem Guarapiranga);
- 3) Ação Ordinária nº 1064876-84.2013.8.26.0100, em trâmite perante a 6ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo – Capital (Ação Billings); e
- 4) Ação Cautelar de Exibição de Documentos nº 019598-24.2013.8.26.0053, proposta pela SABESP contra a EMAE perante a 9.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo (Exibição de Documentos).

O Instrumento determina o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130 distribuídos da seguinte forma:

- a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254, corrigidas monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo; e
- b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais sucessivas de R\$ 6.610, corrigidos monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo.

A Cláusula Segunda do Instrumento estabelece como condições suspensivas para sua eficácia (i)

Notas Explicativas

a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”), nos termos da legislação vigente, (ii) a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, (iii) a deliberação da Assembleia Geral da EMAE e a (iv) aprovação dos órgãos societários competentes da Sabesp. Essas condições suspensivas tem prazo de 1 ano para sua implementação, a contar da data de assinatura do Instrumento.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Conselheiros e Diretores da

EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Ativo financeiro da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa 10, a Companhia possui contabilizado ativo financeiro indenizável em conformidade com o ICPC 01 – Contratos de concessão. Esse ativo financeiro, no montante de R\$ 45.530 mil em 30 de setembro de 2016, representa investimentos realizados pela Companhia em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012 e estão abarcados pela nova regulamentação de concessões de companhias de geração de energia, a Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme definido na legislação citada, os investimentos deverão ser recuperados a partir dos reajustes e revisão tarifária no estabelecimento de uma nova Receita Anual de Geração (“RAG”). A Administração da Companhia avaliou que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL e, conseqüentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ativo reversível da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa 11, a Companhia mantém contabilizado ativo reversível, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo Poder Concedente, após fiscalização e definição dos valores com base no VNR (Valor novo de reposição) pela ANEEL, nos termos do art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e a Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL, em 4 de setembro de 2014, a relação dos investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados, na ordem de R\$ 275.273 mil a valor líquido contábil. A Administração da Companhia informa que até 30 de setembro de 2016 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados, tampouco há indicações de perda de realização. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL, poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de novembro de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2